

A POLÍTICA EXTERNA NACIONALISTA DO ESTADO NOVO (1937-1945)

Bruno Mendelski de Souza

Bolsista por produção da CAPES.

Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – UFRGS.

E-mail: bruno_mendelski@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estudar e analisar a política externa do período político conhecido no Brasil como Estado Novo (1937-1945). Buscamos, assim, determinar quais são as suas principais linhas de atuação, bem como seus condicionantes internos e externos. O texto destaca a extensão para a política externa, das demandas internas propostas pelo Estado como a necessidade da industrialização do país, bem como a urgência da modernização das forças armadas para garantir a soberania nacional, ambas imbuídas da retórica nacionalista, característica notável do Estado Novo.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Estado Novo; Nacionalismo brasileiro; Segunda Guerra Mundial.

RÉSUMÉ: L'article vise à étudier et analyser la politique étrangère de la période politique connue au Brésil comme Estado Novo (1937-1945). Nous cherchons, donc à déterminer quelles sont leurs principales lignes d'action, ainsi que ses contraintes internes et externes. Le texte met en évidence l'ampleur de la politique étrangère, la demande interne proposée par l'État, comme la nécessité d'industrialiser le pays et de l'urgence de moderniser l'armée afin de garantir la souveraineté nationale, à la fois imprégnée de la rhétorique nationaliste, caractéristique importante de l'de Estado Novo.

Mots-clé: Politique étrangère du Brésil; Estado Novo; Nationalisme brésilien; Seconde Guerre mondiale.

INTRODUÇÃO

O período que compreende o Estado Novo representa um momento muito importante dentro da história política nacional. Dentre as principais realizações do regime autoritário e nacionalista, liderado por Getúlio Vargas, destacam-se o início do processo de industrialização, de modernização das forças armadas e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. A diplomacia estado-novista também se demonstra como um interessante objeto de estudo, uma vez que, situada entre os dois antagonísticos polos de poder da época (democracia liberal norte-americana e autoritarismo nacionalista protecionista alemão), soube trabalhar de forma competente e astuta em prol dos interesses nacionais.

A política externa do governo estado-novista procurou manter-se fiel às demandas da administração de Vargas e angariar, no exterior, os recursos e mecanismos para que os ideais governamentais pudessem ser realizados em âmbito nacional. Nesse sentido, o presente artigo procurará identificar e analisar, dentro da agenda da política externa do Estado Novo, o aparecimento das duas principais demandas internas desse regime, industrialização e modernização das forças armadas, construídas a partir da ideologia do nacionalismo autoritário.

A metodologia desta pesquisa baseia-se em análises bibliográficas e documentais, através de leituras analíticas e interpretativas de obras e artigos científicos de especialistas em Estado Novo e história da política externa brasileira. Também se optou por priorizar a análise dos discursos das principais autoridades brasileiras, a fim de melhor identificar as ações do governo brasileiro em âmbito interno e externo.

Dessa maneira, o aporte bibliográfico escolhido contempla nomes como Ricardo Seitenfus que, em seu livro “O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial”, fornece uma riquíssima quantidade de dados históricos sobre o Estado Novo e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. O conceito de “equidistância pragmática”, de Gerson Moura, e as suas considerações acerca da política de barganha da diplomacia do Estado Novo também foram agregados a este trabalho.

As considerações de Leticia Pinheiro a respeito da relação Brasil – EUA igualmente fortaleceram nossa ideia de modernização das forças armadas brasileiras como norteadora da política externa estado-novista. As ideias e dados históricos de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno

no clássico “História da Política Exterior do Brasil” sobre a relação de duplicidade brasileira frente à Alemanha e aos EUA também enriqueceram esta pesquisa.

Em 10 de novembro de 1937, o Brasil inicia um novo regime político, denominado Estado Novo, por meio de um golpe militar que levou Getúlio Vargas ao poder, sob o argumento da necessidade da restauração da autoridade nacional, visto que o país se encontrava em estado de caos “em virtude do recrudescimento do surto comunista”¹. O novo governo pretendia, através de um Estado forte e centralizador, desenvolver o país por meio do início do processo de industrialização nacional e de modernização das forças armadas. As duas demandas encontravam-se dentro da retórica nacionalista que caracterizaria o Estado Novo.

A ideologia, que marca o Estado Novo, configura-se em um nacionalismo autoritário, que tem origem no pensamento de intelectuais ligados ao novo regime, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Segundo Bonet (2010, p. 14), “o autoritarismo desses autores apresentava caráter antiliberal e nacionalista, pois eles entendiam que a centralização do poder no executivo federal e no presidente da República seria a única forma de integrar as instituições brasileiras à realidade do país”.

O Estado Novo buscava o retorno à verdadeira cultura brasileira, colocando o sentimento de ser “brasileiro” acima das identificações regionais e estaduais², como foi demonstrado no episódio da queima das bandeiras estaduais em 27 de novembro de 1937 em praça pública no Rio de Janeiro. O governo Vargas procurava desenvolver um nacionalismo que fornecesse coesão à nação e que guiasse o planejamento governamental. Para Santos (2006, p. 16), “o autoritarismo do Estado Novo se desenvolve, portanto, como única forma possível de assegurar, por meios políticos, a coesão do povo brasileiro. Assim, nacionalismo e autoritarismo são complementares na formação de um Estado Nacional”. Esse nacionalismo também será encontrado durante a política externa do Estado Novo. De acordo com Santos (2006, p. 40), “o nacionalismo era o único sentido visível para a política externa brasileira a partir de 1939, com decisões

1 Discurso à nação, transmitido por rádio na noite de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://homemculto.wordpress.com/2009/05/01/discurso-do-dr-getulio-vargas-em-10-de-novembro-de-1937-ao-implantar-o-estado-novo/>.

2 O art. 2º da constituição de 1937 é taxativo ao reconhecer apenas a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais, em detrimento aos símbolos estaduais e municipais.

que visavam o desenvolvimento industrial e econômico, e a garantia da soberania nacional”.

Para Getúlio Vargas, os ideais de nacionalismo e de desenvolvimento do país passam a priori pela implantação do complexo siderúrgico no Brasil, visto que, somente após a sua implantação, nossa nação adquiriria a independência econômica que é sinônimo da soberania nacional. Outro ponto importante para a análise das demandas do Estado Novo, e que, da mesma maneira que a necessidade de industrialização nacional norteava o governo Vargas, era a urgência em modernizar e reaparelhar as forças armadas. O novo governo entendia que apenas dessa forma o Estado brasileiro estaria apto a garantir a soberania nacional. Segundo Svartman (1995, p. 141), “mesmo distante do foco das tensões, a elite diplomática brasileira era consciente não só da vulnerabilidade do Brasil, marcado por fronteiras afastadas, costa desguarnecida e forças armadas pouco aparelhadas, mas também do risco de ver as reservas naturais se transformar em objeto de cobiça exterior”.

1 A POLÍTICA EXTERNA PRÉ-PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

As duas grandes demandas do Estado Novo, o desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil e a necessidade da modernização das forças armadas, somadas à tradição da política externa em prol do pan-americanismo pautaram a política externa do governo Vargas. Durante o período que antecedeu a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial, a diplomacia brasileira procurou, por meio de sua política de duplicidade, tirar as maiores vantagens nas relações econômico-estratégicas entre os EUA e a Alemanha. Com isso, a política externa brasileira se situava entre a influência do modelo liberal-democrata norte americano e o modelo autoritário nacional e protecionista alemão.

Segundo Bueno e Cervo (1992, p. 232-233),

a política comercial brasileira a partir de 1934 foi ambígua em relação aos EUA e Alemanha. Com efeito, nessas duas frentes, o Brasil recorreu a duas modalidades de comércio que, em tese, se excluíam. Com a Alemanha, praticou o ‘comércio compensado’, já com os EUA, praticou o livre comércio.

Moura (1980, p. 50) afirma que “o período entre 1935 e 1941 no que se refere à política externa é denominado de ‘equidistância

pragmática’³, onde o Brasil procurou se beneficiar da então disputa entre os blocos de poder representados por EUA e Alemanha, por meio de uma política de equilíbrio de relações entre as duas nações”.

Um exemplo dessa política de dualidade, demonstra-se na aquisição de armas para o exército perante a empresa alemã Krupp entre 1938 e 1939, enquanto no início de 1939, organiza-se a Missão Aranha⁴, que buscava acordos e empréstimos financeiros, parcerias para o desenvolvimento industrial e militar do Brasil junto aos EUA.

Com essa conduta de esforço diplomático entre Washington e Berlim, o governo brasileiro, conforme Lima (2006, p. 40), “tentava atrair financiamento externo para o desenvolvimento industrial e a construção de um complexo siderúrgico nacional, além de urgir a necessidade da reorganização das forças armadas do país”. De acordo com Cervo (2008, p. 46), “a industrialização converteu-se, assim, no objetivo síntese da política exterior do Estado Novo”.

Enquanto mantinha relações com os países do Eixo, o Brasil, em âmbito regional, cultivava boas relações com os países americanos e era defensor do pan-americanismo. A visão de mundo pessimista do Chanceler Oswaldo Aranha, que enfatizava as fragilidades do Brasil e via na aliança estratégica com os EUA a única forma de garantir a soberania e a integridade nacional, foi primordial para a preservação de um bom relacionamento com os EUA e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do pan-americanismo. Em dezembro de 1938, ocorreu a VIII Conferência Pan-Americana em Lima no Peru, que teve como objetivo indireto combater a influência dos países do Eixo na América Latina e, entre outras disposições, a reafirmação do princípio de solidariedade continental. O Brasil concorda com as deliberações da Conferência, reafirmando sua tradição de buscar a solidariedade e a cooperação com os países americanos.

A posição externa dúbia do Brasil também é fomentada pela divisão ideológica entre membros do alto escalão do governo. Entre os favoráveis aos regimes totalitários se destacam os generais Eurico Gaspar

3 MOURA, Gerson. Autonomia na dependência – A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

4 Chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, a missão manteve diversas conversações com autoridades norte-americanas entre os meses de janeiro e março de 1939, em que foi acertada, entre outros, a concessão de um crédito de US\$ 50 milhões para auxiliar a criação de um Banco Central brasileiro e uma troca de visitas entre os chefes dos exércitos norte-americano e brasileiro, com o intuito de promover um processo de colaboração entre os dois países. Maiores informações no site da Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/EstadoEconomia/Missaoranha>.

Dutra (Ministro da Guerra) e Góes Monteiro (Chefe do Estado-Maior do Exército), enquanto o Chanceler Oswaldo Aranha era adepto às ideias liberal-democráticas e profundamente prol EUA. Dessa forma, para Pinheiro (1995, p. 112), “até meados de 1940, o Brasil procurou retirar o máximo da disputa latente entre EUA e Alemanha”.

2 NEUTRALIDADE BRASILEIRA PERANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A invasão alemã à Polônia, em 1º de setembro de 1939, marca o início da Segunda Guerra Mundial. Logo no dia seguinte, o governo brasileiro declara a sua neutralidade ao conflito, baseando-se no impedimento legal constitucional que prevê a neutralidade do Brasil “em caso de guerra entre potências estrangeiras não-americanas”⁵. Para Seitenfus (2003, p. 176), “tanto a declaração de guerra como de neutralidade constituem atos de natureza política, conservando a Vargas uma liberdade máxima de ação, tanto mais que o resultado da guerra se anuncia incerto”. Essa primeira manifestação oficial do governo brasileiro em relação à guerra é coerente com a política de barganha que o país tem procurado angariar entre os polos de poder conflitantes representados pelos EUA e Alemanha, dentro do cenário internacional.

No período de 23 a 30 de setembro de 1939, ocorreu no Panamá, por convite do presidente dos EUA, a I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, prevista pela Conferência de Lima, (onde qualquer um de seus membros pode efetuar a convocação de uma reunião extraordinária). Nessa reunião, foi acertada uma declaração de neutralidade coletiva das nações americanas. Em 10 de março de 1940, Vargas ao passo que reitera a neutralidade brasileira diante do conflito europeu, expressa o nacionalismo do Estado Novo:

Os países da Europa estão em guerra, e as mais cultas civilizações procuram, mutuamente, se entre-destruir. Nós lamentamos esses acontecimentos, mas, de qualquer forma, não tomamos parte nas lutas ora travadas. O Brasil não é inglês nem alemão. É um País soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro⁶.

5 Conforme Decreto-Lei presidencial nº 1.561, de 2 de setembro de 1939.

6 Discurso pronunciado em Blumenau em 10 de março de 1940. In: VARGAS, Getúlio. O Pensamento Político de Getúlio Vargas. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004, p. 91.

O Brasil até então tem utilizado uma posição de duplicidade brasileira em relação à guerra e aos distintos polos de poder. Essa colocação foi exacerbada no polêmico discurso de Vargas em 11 de junho de 1940:

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. O Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, não para garantir lucros pessoais ou ilimitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria, mas para o engrandecimento da coletividade. [...] Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbção dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem⁷.

O discurso de 11 de junho provocou fortes reações em âmbito internacional, causando apreensão aos EUA que o interpretaram como uma declaração de apoio aos países do Eixo, enquanto repercutiu positivamente entre os membros do Eixo:

Na Alemanha a impressão (provocada pelo discurso) foi a melhor possível. A Rádio de Berlim, em seus comentários para a América Latina, declarou que o senhor Getúlio Vargas era o primeiro estadista americano que reconhecia e proclamava a fraqueza das democracias e o vigor dos regimes totalitários⁸.

Para Bueno e Cervo (1992, p. 238), “Vargas forçou, assim, o andamento das negociações: ou Washington coopera, e logo, ou abre-se caminho à cooperação alemã”. Nesse sentido, a fala de Vargas ocasionou resultados práticos na política de barganha empregada pelo governo brasileiro. Segundo Lima (2006, p. 40), “no dia 6 de julho de 1940 o então embaixador Carlos Martins informou que o governo norte-americano

7 Discurso pronunciado a bordo do encouraçado “Minas Gerais”, navio-chefe das forças navais, em aniversário da Marinha de Guerra brasileira. In: SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003, p.210-211.

8 Carta de Freitas Valle a Vargas. In: Arquivo pessoal de Getúlio Vargas, doc. N. 40.06.13/293, de 13 de junho de 1940.

estava interessado em negociar a questão da siderurgia, visto que o discurso do dia 11 de junho também repercutira simpaticamente na opinião do III Reich”. O próprio Oswaldo Aranha alerta para a necessidade de maior empenho dos norte-americanos perante as relações com o Brasil, diante da crescente cooperação brasileira com Berlim:

É necessário promovermos por todos os meios uma intensificação da cooperação entre o Brasil e os EUA, para a qual estamos dispostos a empregar todos os esforços, mas para cujo êxito será necessário que os Estados Unidos provejam por atos concretos que são capazes de compreender as necessidades da nossa economia, adaptando-se a elas⁹.

Como resposta à demanda brasileira de industrialização, ainda em 1940, os EUA definiram a implantação da usina siderúrgica em Volta Redonda, por meio de financiamento através do banco norte-americano Export-Import Bank e por recursos brasileiros. No que diz respeito à modernização das forças armadas brasileiras, o Brasil negociou, em janeiro de 1941, um acordo assinado entre os dois países, que prevê a instalação, no Rio de Janeiro, de duas missões militares norte-americanas. Posteriormente, o Brasil, de acordo com Pinheiro (1995, p. 114), “permitiu que a esquadra norte-americana utilizasse os portos de Recife e Salvador, para que se construísse bases militares, basicamente aeroportos entre Belém e Salvador e concedeu autorização para embarcar aeronaves e suprimentos via Brasil para ajudar na campanha britânica no Norte da África”.

Ainda segundo Pinheiro (1995, p. 112), esse momento (permissão para os EUA operarem bases em território nacional) “determina uma mudança no comportamento da política externa brasileira, abandonando a ‘equidistância pragmática’ e entrando num período de ‘condescendência pragmática’”¹⁰ para com os EUA, na medida que o padrão de relação com os EUA não recebia contrapartida de ações com os países do Eixo”. Em abril de 1941, o Brasil recebe um empréstimo de cerca de 12 milhões de dólares, com o intuito de adquirir equipamento militar dos EUA. Nesse momento, a partir da colaboração econômico-militar com os EUA, apesar

9 Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, doc n. 155-21500, de 5 de agosto de 1940, Apud Seitenfus, 2003, p. 237.

10 Para um melhor entendimento sobre o conceito “condescendência pragmática”, ver: PINHEIRO, Leticia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Revista USP. São Paulo (26), Jun/Ago, 1995, p. 112-113.

da neutralidade declarada, a política externa brasileira volta-se cada vez mais para os EUA, também expressa pelos ideais do pan-americanismo. Fato que pode ser observado em novembro de 1941, quando Oswaldo Aranha declara que o Brasil se empenhará numa “solidariedade efetiva caso um país americano entrasse em guerra contra um país não-americano¹¹”.

3 O ATAQUE A PEARL HARBOR, NEUTRALIDADE ATÉ O ÚLTIMO MOMENTO E O ALINHAMENTO BRASILEIRO AOS EUA

Em 7 de dezembro de 1941, o Japão lança um ataque surpresa contra a base norte-americana de Pearl Harbor, ocasionando a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro recebe o fato com consternação e declara solidariedade aos EUA, invocando a defesa do pan-americanismo. Porém, é interessante observar que mesmo se demonstrando solidário aos norte-americanos, o Brasil insiste em manter sua estratégia de duplicidade em relação às potências do Eixo, com objetivo de obter as maiores vantagens possíveis. Segundo Seitenfus (2003, p. 261), “Filinto Müller¹² afirmou no início de dezembro de 1941 que nem Vargas, nem Gaspar Dutra desejam romper as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo e muito menos lhe declarar guerra”.

Contudo, a convocação pelos EUA (em virtude do ataque a Pearl Harbor) da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores do continente, realizada em janeiro de 1942 no Rio de Janeiro, começa a marcar o fim da neutralidade brasileira no conflito mundial. O Brasil, logo na abertura do encontro de chanceleres, reafirma sua posição de solidariedade continental:

Desde 7 de dezembro – data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano – assumimos uma posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes. Relembramos e reafirmamos mais de uma vez nos últimos tempos. (A posição brasileira objetiva) defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitindo possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para o assalto a Nações irmãs¹³.

11 Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, dossiê n. 6, doc. N. 2317, de 21 de novembro de 1941, Apud Seitenfus, 2003, p.258.

12 Filinto Müller era um dos homens de confiança de Getúlio Vargas, sendo Chefe de Polícia do Distrito Federal entre 1933 a 1942.

13 Discurso do Presidente Getúlio Vargas. In: Cultura Política, fevereiro, 1942, nº 12.

Seitenfus (2003, p. 274) analisa o discurso de Vargas afirmando que “a vontade expressa pelo presidente de “defender, palmo a palmo, o próprio território” não pode ser considerada, caso os EUA não forneçam o equipamento militar para a defesa do Nordeste e a instalação de um sistema de defesa costeira”. Como ficou provado com a decisão brasileira de romper relações diplomáticas com o Eixo no último dia da Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil aguardou até o último instante para manter sua política de neutralidade, sustentada na necessidade de industrializar e modernizar as forças armadas do país.

Para Pinheiro (1995, p. 116), “à frente da campanha pelo reequipamento das forças armadas brasileiras como pré-requisito para a consolidação da colaboração brasileira, Vargas foi preciso na arte de condicionar a última à primeira.”

O documento final do Congresso recomendava que em virtude do estado de beligerância entre o Eixo e os EUA, os países do continente americano deveriam romper relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão. Com exceção da posição de neutralidade da Argentina e do Chile, todos os países aderem à recomendação. A posição de neutralidade brasileira chegara ao fim, por meio do discurso de encerramento do evento feito pelo Chanceler Oswaldo Aranha:

Hoje, às 18 horas, de ordem do Senhor Presidente da República, os embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o Encarregado de Negócios do Brasil em Roma passaram nota aos governos juntos aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão¹⁴.

Estava, então, alterada a política externa de “equidistância pragmática” para a política de alinhamento direto aos EUA. Apesar dessa alteração, os princípios básicos de buscar a industrialização e a modernização das forças armadas, permaneciam no alto da agenda externa do Brasil. Para Alves (2005, p. 7), “o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, foi recompensado por créditos suplementares para a indústria de matérias primas brasileiras, e pela concessão de um fundo de US\$ 200 milhões para as forças armadas nacionais adquirirem armas nos Estados

14 Relatório anual ao Presidente da República, elaborado pelo Itamaraty, 1942, p. 124-6, Apud Seitenfus, 2003, p. 278.

Unidos”. Como contrapartida, os EUA recebem autorização de Vargas, em abril de 1942, ainda segundo Alves (2005, p. 8), “para utilizar todos os portos e bases aéreas e navais, ficando o comandante norte-americano do Atlântico Sul, de fato no comando de todas as forças aéreas e navais brasileiras, tornando-se responsável pela defesa marítima nacional”.

Sobre a posição de alinhamento e parceria com os EUA, faz-se necessário lembrar que a mesma (com a exceção do período exposto até o momento de 1937 e 1942) configura-se em uma tendência histórica da diplomacia brasileira, desde a metade do século XIX, quando se intensificou a exportação de café para a nação estadunidense. Dessa forma, a manobra da chancelaria brasileira de realinhamento direto com os EUA apenas voltava ao seu status de normalidade diplomática.

Tal decisão, apesar de posição contrária do alto comando do exército brasileiro, que a enxergava como uma demonstração de perda de soberania nacional, mostrou-se, posteriormente, acertada, uma vez que, em agosto de 1942, seis embarcações comerciais brasileiras foram afundadas no litoral do Sergipe e da Bahia, ocasionando a morte de centenas de pessoas. Além de ressaltar a fragilidade para a defesa do litoral brasileiro, os ataques a navios brasileiros indicaram a represália dos países do Eixo contra o alinhamento aos EUA. Os ataques forçam o Brasil a declarar, em 22 de agosto, Estado de Beligerância com a Alemanha e a Itália; e, finalmente, em 31 de agosto, em Estado de Guerra. Sob a situação de guerra do Brasil, Vargas afirmou em 31 de dezembro de 1942:

Rompendo com as nações do Eixo adotamos atitude lógica, evitando que as infiltrações da espionagem e da propaganda, tão bem preparadas à sombra das próprias representações oficiais, contaminassem o organismo nacional. [...] As nossas águas territoriais desrespeitadas, os nossos navios torpedeados, numerosos brasileiros massacrados, constituíam fatos que não permitiam delongas no revide, desafiando a dignidade nacional estupidamente ultrajada. [...] Declaramos o estado de beligerância, apoiados unanimemente pela opinião pública. [...] O Brasil entrou, assim, na guerra, por efeito de uma provocação a que só podia responder pelas armas, e não para atender influências ou solicitações estranhas. [...] As Nações Unidas, e principalmente os nossos aliados americanos, sabem que podem contar conosco¹⁵.

15 Discurso pronunciado em no Aeroporto Santos Dumont, a 31 de Dezembro de 1942. In: VARGAS, Getúlio. O Pensamento Político de Getúlio Vargas. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004, p. 102-103.

Essa nova situação força o Brasil a voltar-se cada vez mais para os EUA, uma vez que o apoio, declarado aos Aliados, necessitava converter-se em reequipamento do exército, agora em virtude de uma possível participação na guerra. De acordo com Santos (2006, p. 46), “o exército brasileiro não estava em condições de participar de uma guerra. Não tinha pessoal, treinamento ou experiência. A estrutura militar brasileira era deficitária em armamentos, uniformes e soldados”. Assim, o Brasil tornava-se dependente dos EUA para suas questões militares e de defesa.

4 A CRIAÇÃO DA FEB, A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O FIM DO ESTADO NOVO

Vargas enxergava na aliança definitiva com os EUA a oportunidade de seguir fortalecendo as forças armadas e projetar o país internacionalmente, agora por meio da participação direta no conflito, que ocorreria a partir da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Segundo Santos (2006, p. 48), “para Vargas, a FEB representava o cerne de um projeto político que fortaleceria as forças armadas brasileiras e possibilitaria ao país a conquista de um espaço importante na América Latina”.

Essa expectativa do governo brasileiro se mantém coerente com todo o conjunto da política externa empregada desde o advento do Estado Novo, que nunca escondeu suas ambições nacionalistas de garantir o desenvolvimento econômico do país, como também fortalecer suas forças armadas e avalizar a projeção no cenário mundial, agora na condição de aliado especial dos EUA.

Para Pinheiro (1995, p. 116), “a crença quanto à importância crescente do país nas questões internacionais era de tal forma disseminada entre as elites governantes brasileiras que a criação da Força Expedicionária Brasileira constitui-se em desdobramento quase natural deste estado de espírito”.

Ainda segundo Pinheiro (1995, p. 117), “depois de liberados os armamentos norte-americanos necessários para a operacionalização da FEB no início de 1944 e superada a resistência britânica à presença de uma força brasileira no Mediterrâneo, o primeiro contingente de tropas brasileiras embarcou em 5 de maio 1944 rumo a Itália”. Chegando à Itália, os soldados brasileiros foram incorporados ao V exército norte-americano, e com um efetivo de cerca de 25 mil homens, combateu de julho de 1944 até maio de 1945.

De acordo com Moura (1980, p. 117), “ao fim e ao cabo, a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial viabilizou o reequipamento das forças armadas, além de ter momentaneamente fortalecido o regime e de haver ampliado o poder e o prestígio de setores civis e militares da classe governante”. O objetivo de modernizar as forças armadas brasileiras, dessa forma foi relativamente bem sucedido.

Porém, a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial demonstrava uma grande contradição existente entre política interna e externa no pós-rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. O governo do Estado Novo, totalitário e nacionalista, combatia em âmbito externo ao lado de governos liberais democratas, os países do Eixo que possuíam grandes similaridades política com o regime brasileiro. Seitenfus (2003, p. 300) declara que “a partir da entrada do Brasil na guerra, a situação do governo Vargas, em particular a do presidente-ditador, torna-se desconfortável. Getúlio combate oficialmente contra o Eixo pela liberdade e pela democracia, ao mesmo tempo em que mantém o país sob um regime ditatorial”. Tal paradoxo será fatal para Getúlio Vargas, destituído pelos militares em outubro de 1945.

Não existe consenso em relação aos motivos determinantes para o fim do Estado Novo. Considera-se como fator importante para a queda do regime a contradição do apoio em nível externo às democracias liberais por um governo totalitário. Em nível interno, a partir de 1942, começou a ocorrer uma série de movimentos que questionavam as bases do regime, exigindo maior liberdade¹⁶. Em 1945, as oposições ao Estado Novo se intensificaram, destacando-se os movimentos estudantis e manifestações na imprensa em prol da redemocratização. Os militares, que outrora apoiavam Vargas, agora se viravam contra o regime exigindo a renúncia do presidente. Convoca-se eleições presidenciais para dezembro, e Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945.

O general e ex-ministro da Guerra do governo Vargas, Eurico Gaspar Dutra, é eleito presidente em 2 de dezembro de 1945. No discurso de renúncia Vargas, pode-se observar o caráter personalista centrado na figura do governante forte que sempre caracterizou o seu governo: “a História e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades¹⁷”.

16 De acordo com D'Araujo (2000), o marco mais importante foi o Manifesto dos Mineiros em 1942, que pedia a liberalização do regime.

17 Discurso de renúncia de 30 de outubro de 1945, In: VARGAS, Getúlio. O Pensamento Político de Getúlio Vargas. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004, p. 119.

Encerra-se, assim, um período importante na história brasileira e, especialmente, na história da política externa brasileira, que foi guiada desde o início por um forte sentimento nacionalista que enxergava somente no fortalecimento econômico, via industrialização, e na modernização das forças armadas a saída para o desenvolvimento da nação.

CONCLUSÃO

A política externa, desenvolvida ao longo do Estado Novo, apesar de seu caráter ambíguo no que se trata das suas relações entre EUA e Alemanha, contraditória quando analisamos o empenho de um regime totalitário em lutar pelas democracias liberais em âmbito externo, manteve uma linha coerente (amparada por um discurso nacionalista e ao mesmo tempo pan-americanista) de buscar em suas ações externas, o desenvolvimento industrial e a modernização de suas forças armadas do país.

A própria justificativa de legitimação do regime passava pelo sentimento de nacionalismo, o qual andava junto com o crescimento e desenvolvimento do país. Dessa forma, estabeleceu-se uma política externa que lutasse para alcançar essas novas demandas internas. Por meio de uma neutralidade extremamente oportunista, o Brasil soube extrair vantagens particulares em suas relações com os dois polos distintos de poder da época: EUA e Alemanha.

Dentro do próprio governo, havia divisões ideológicas, que de certo modo, favoreceram a política de barganha do regime brasileiro. O alto comando militar era favorável aos integrantes do Eixo, enquanto o Chanceler Oswaldo Aranha era pró-EUA. Acrescente-se, a essa dicotomia, a figura carismática e altamente hábil com o jogo político do presidente Getúlio Vargas que, através de suas manobras políticas, conseguiu garantir importantes benefícios a nossa nação.

A retórica interna de garantir a soberania do país e de garantir a independência econômica também se refletia na condução da política externa, que se procurava manter focada nas reais necessidades do Estado Brasileiro, isso significando adotar uma política de neutralidade, de pan-americanismo, ou de alinhamento negociado com os EUA.

Os objetivos de iniciar o processo de industrialização do Brasil a partir da instalação da siderúrgica de Volta Redonda, de modernizar as forças armadas por meio da política de barganha entre EUA e Alemanha e, posteriormente, através do equipamento e treinamento da FEB pelas

forças armadas dos EUA, foram parcialmente atingidos e o país ganhou uma certa dose de prestígio internacional por ter colaborado militarmente junto aos Aliados. Cabe destacar, por fim, que a política externa durante todo o período Estado Novo demonstrou-se coerente com as demandas propostas pela política interna do regime, buscando, por meio de ações externas nacionalistas e pragmáticas, articular-se de forma independente, garantindo o cumprimento desses anseios.

REFERÊNCIAS

AITA, Carmen Sílvia Aragones. Discurso político e relações internacionais : o Estado Novo e o governo Roosevelt (1936-1945). In: Porto Alegre Vol. 21 , n. 2 (dez. 1995), p. 145-153.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, Vol. 48, nº 1, Jan/Jun, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100006 . Acesso em: 15 de agosto de 2010.

ARAUJO, Maria Celina D'. O Estado Novo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BONET, Fernanda dos Santos. AUTORITARISMO E NACIONALISMO: O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura Política”. Porto Alegre, 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2633. Acesso em 14 de agosto de 2010.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1765>. Acesso em 11 de agosto de 2010.

BUENO, Clodoaldo.; CERVO, Amado Luiz. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CAMPOS, Francisco. O Estado _acional: sua estrutura. Seu conteúdo ideológico. Versão para e-book. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CINTRA, Rodrigo. Agendas, Atores e Lobbies na Tomada de Decisão em

Política Externa Comercial: o Caso da Siderurgia (Brasil e Estados Unidos). Brasília, 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Disponível em: http://bdtb.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2752. Acesso em 13 de agosto de 2010.

CUNHA, Ioneida Cavalcanti da. Ideologia e propaganda na cooperação Brasil – Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial: O caso das empresas aéreas. Brasília, 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3395/1/2008_IoneidaCavalcantiCunha.pdf Acesso em 15 de agosto de 2010.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. Do Americanismo ao universalismo: As transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964. Brasília, 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2227/1/2006_Marcos%20Felipe%20Pinheiro%20Lima.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2010.

MANIFESTO à Nação lido por Getúlio Vargas na noite de 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://homemculto.wordpress.com/2009/05/01/discurso-do-dr-getulio-vargas-em-10-de-novembro-de-1937-ao-implantar-o-estado-novo/>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PINHEIRO, Leticia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Revista USP, São Paulo (26), p. 108-119, Jun/Ago, 1995.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. Há algo de novo no front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre, 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=203. Acesso em 14 de agosto de 2010.

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SILVA, Alexandra de Mello e. O BRASIL NO CONTINENTE E NO MUNDO: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 15, 1995, p. 95-118.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. In: Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre N. 5 (jul. 1996), p. 137-169.

VARGAS, Getúlio. O Pensamento Político de Getúlio Vargas. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=1qGzSauxIbI%3D&tabid=3101&language=pt-BR>. Acesso em 13 de agosto de 2010.

_____. Discurso. Cultura Política, fevereiro, 1942, n° 12.

WEIZENMANN, Tiago. CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944). São Leopoldo, 2008. 298 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos. Disponível em: http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=588. Acesso em 14 de agosto de 2010.

Site da Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em 13 de agosto de 2010.

Data Recebimento: 23 de setembro

Data Aceite: 13 de dezembro